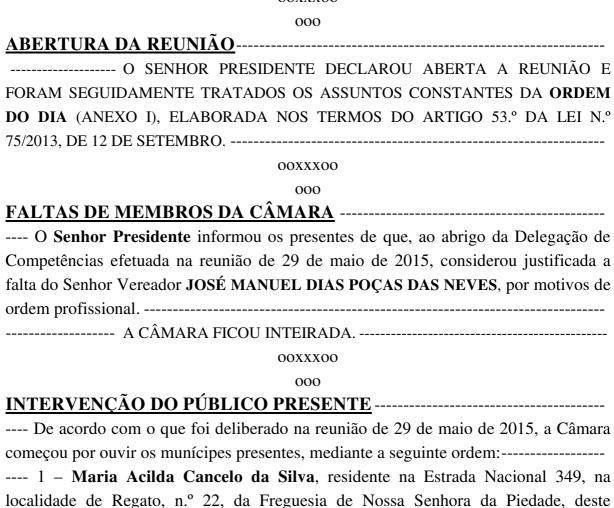


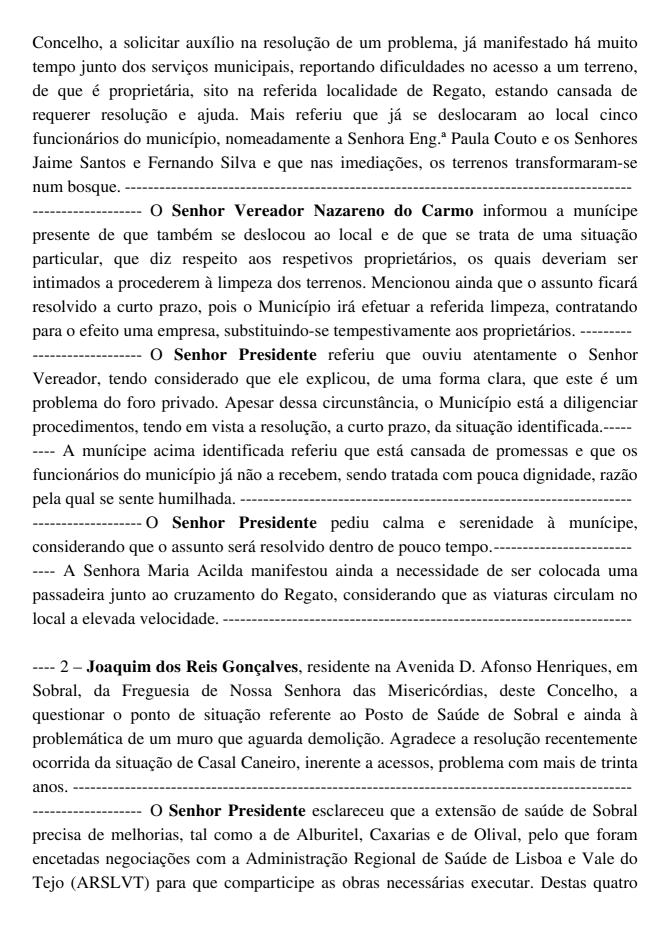
# ATA N.º 27 (REUNIÃO PÚBLICA)

---- Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, em substituição da Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

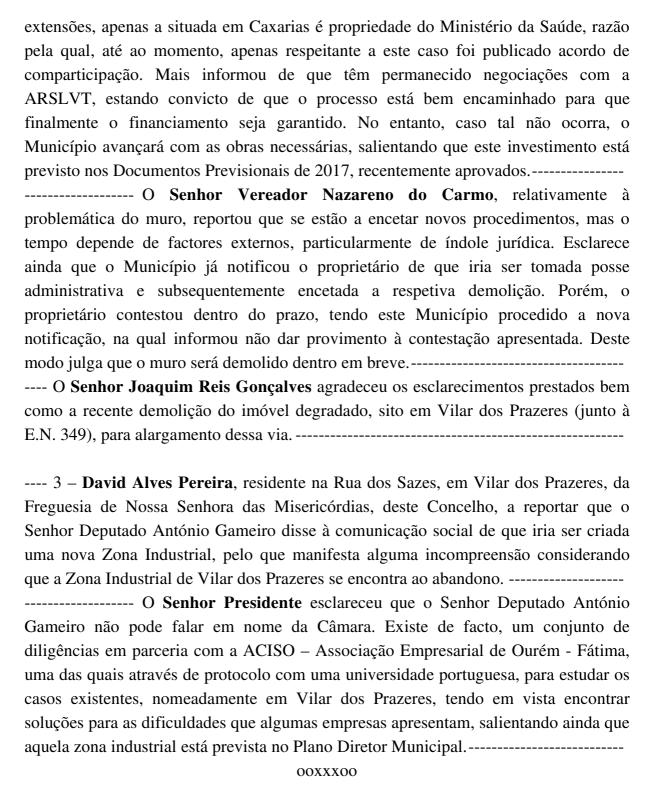
ooxxxoo







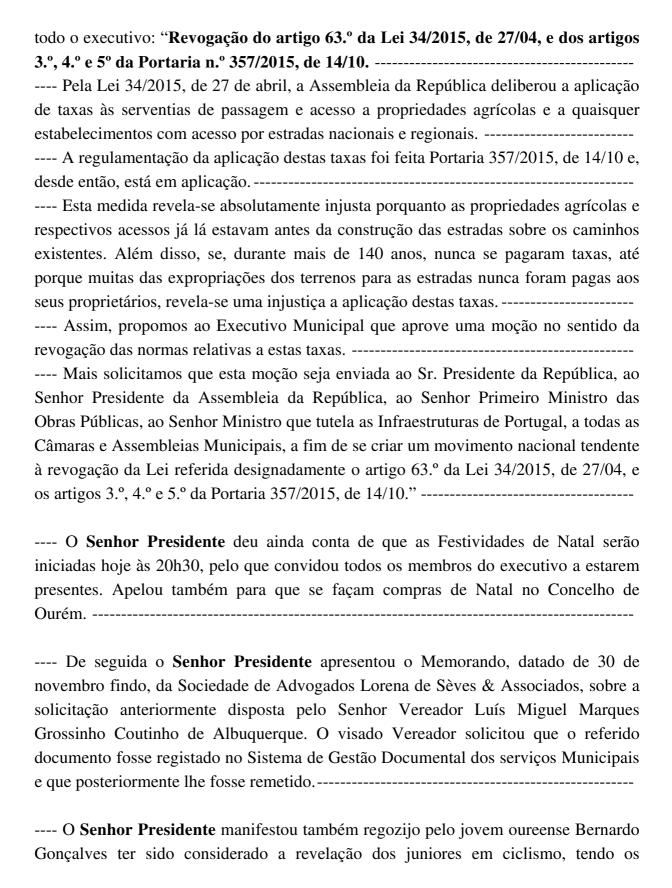




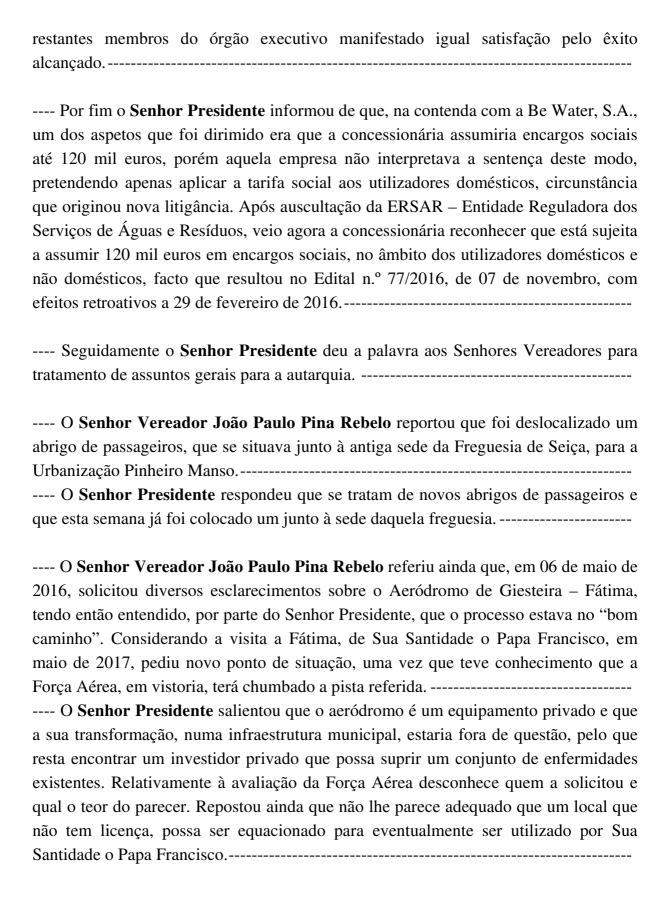
# PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Senhor Presidente** tomou a palavra para apresentar a seguinte moção, também subscrita por

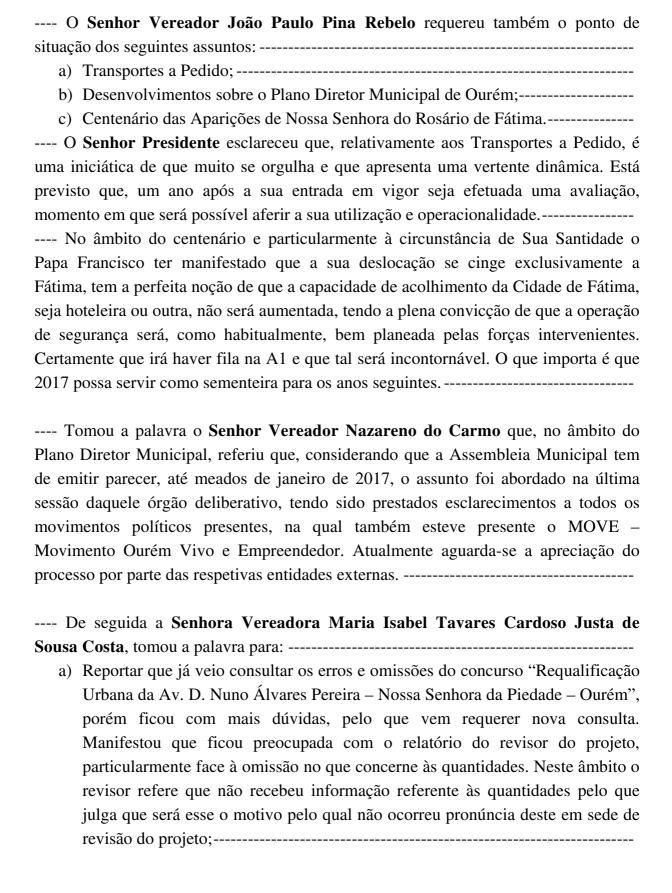








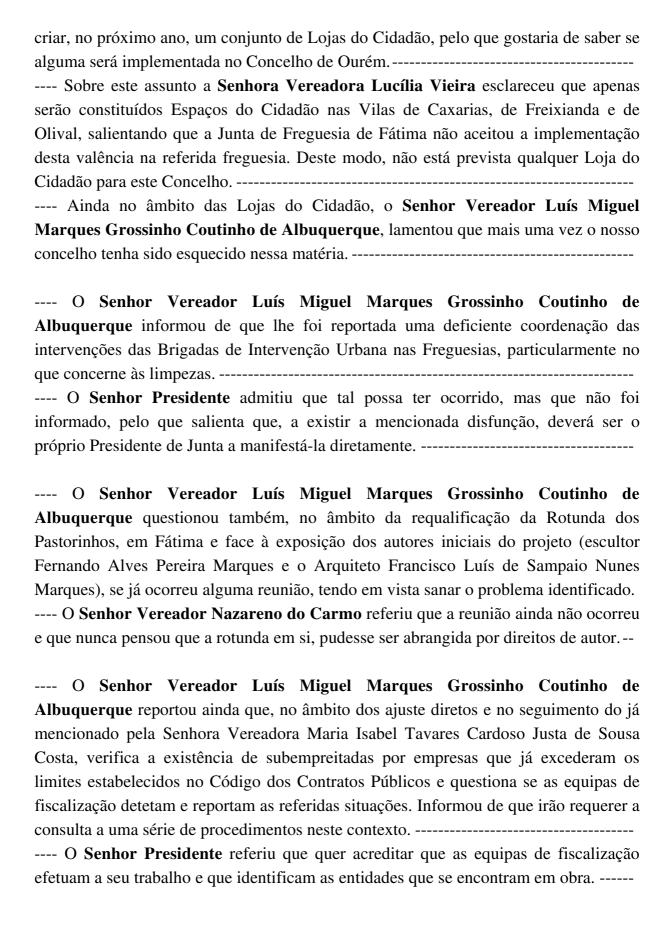






- ---- Seguidamente o Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, tomou a palavra, para referir ter conhecimento que o Governo irá

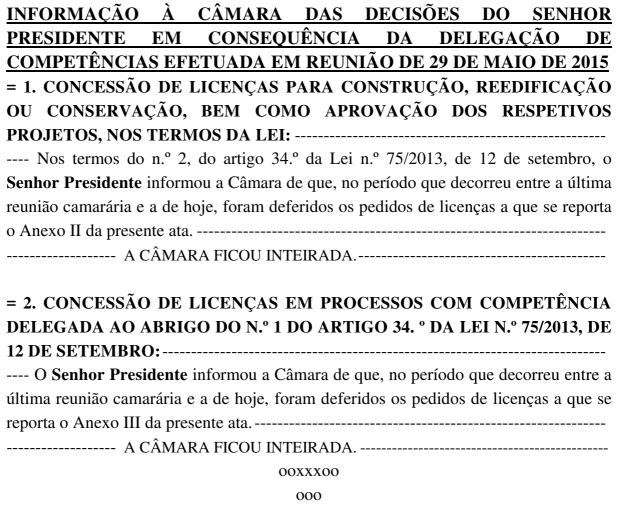






#### OOXXXOO

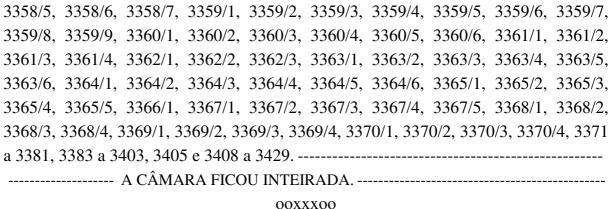
000



## <u>PAGAMENTOS</u> ------

---- O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 18 e 30 de novembro findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 2.939.777,67€: 2643, 2644, 2882, 2916, 2978, 3104, 3164 a 3172, 3174, 3177, 3178, 3180 a 3193, 3195 a 3199, 3201 a 3205, 3207, 3209 a 3239, 3241 a 3272, 3275 a 3283, 3285 a 3349, 3350/1, 3350/2, 3351/1, 3351/2, 3351/3, 3351/4, 3351/5, 3351/6, 3351/7, 3352/1, 3352/2, 3352/3, 3352/4, 3352/5, 3352/6, 3352/7, 3352/8, 3352/9, 3353/1, 3353/2, 3353/3, 3353/4, 3353/5, 3353/6, 3353/7, 3353/8, 3353/9, 3353/10, 3354/1, 3355/2, 3355/3, 3355/4, 3355/5, 3355/6, 3356/1, 3356/2, 3356/3, 3356/4, 3356/5, 3356/6, 3356/1, 3356/2, 3357/3, 3357/4, 3357/5, 3357/6, 3357/7, 3358/1, 3358/2, 3358/3, 3358/3, 3358/4,

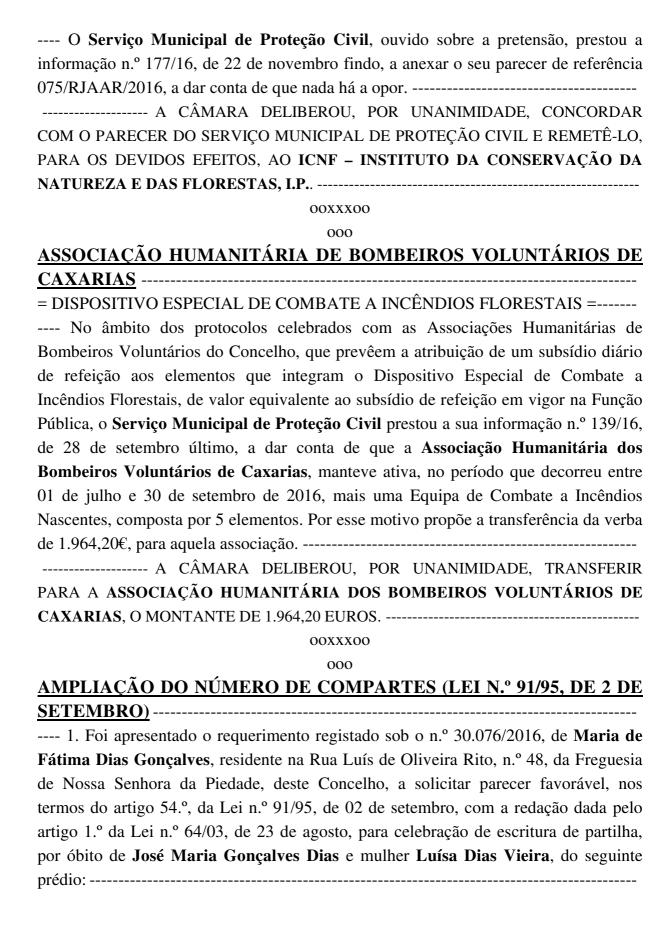




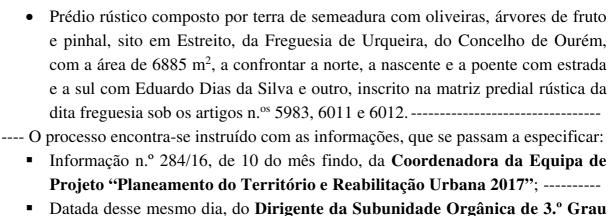
# AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

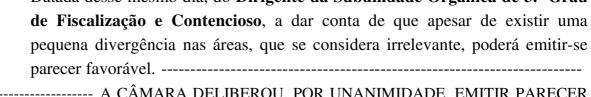
- ---- 2. Carta registada sob o n.º 31.497/2016, sobre o pedido de **David Rodrigues Ferreira**, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,67 hectares, no sítio de Vale de Amozerna, em Ninho de Águia, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho. ------











- ---- O processo encontra-se instruído com os documentos, que se passam a especificar:
  - Informação n.º 271/16, de 07 de novembro findo, da Coordenadora da Equipa de Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017", a anexar o relatório técnico dos serviços, a dar conta de que a área da parcela é de aproximadamente 1021 m²;------



- Exposição registada sob o n.º 30.506/2016, da Solicitadora acima identificada, a prestar os esclarecimentos necessários ao deferimento da pretensão;------
- Informação n.º 295/16, de 22 de novembro findo, da Coordenadora da Equipa de Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017";-----

ooxxxoo

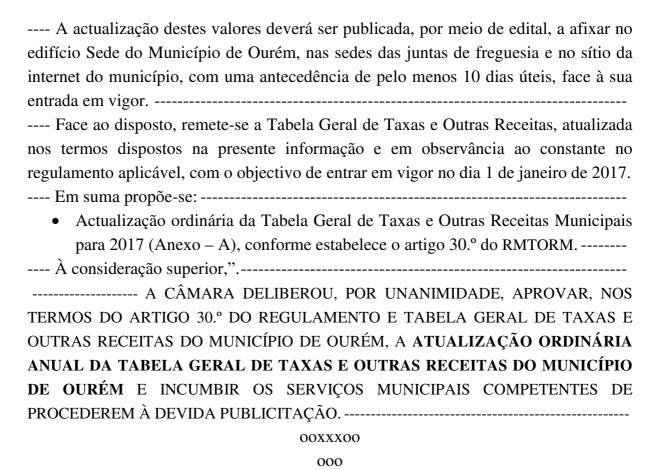
000

# ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA ANUAL DA TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM------

---- Sobre o assunto acima referenciado, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira prestou a sua informação n.º 112/16, datada de 28 de novembro findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "No que concerne à atualização da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais, o artigo 30.º do RMTORM, estabelece uma actualização ordinária anual, em função dos índices de preços no consumidor publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses, contados de Outubro a Setembro, inclusive. --------- Nestes termos, a variação a aplicar em 2017, será um aumento de 0,6%, face aos valores praticados no decurso de 2016.--------- Não obstante esta circunstância, o n.º 3 do artigo 30.º, do RMTORM, reporta que, excepcionalmente, por decisão da Câmara Municipal, poderá não ocorrer a actualização ordinária prevista no presente diploma em determinadas receitas municipais, quando em causa estejam serviços que, dada a sua natureza, devam aplicar valores que facilitem os trocos a ocorrer sob a forma de "papel-moeda". ---------- Consequentemente, após contacto ocorrido com a empresa do sector empresarial local OurémViva, relativamente a receitas que constituem proveitos da mencionada entidade, propõe-se que, relativamente aos valores previstos nos artigos 43.º, 44.º 45.º, 57.º e 63.º da tabela em assunto, se mantenham em vigor os montantes praticados no decurso de 2016, considerando a premissa exposta no parágrafo anterior. ---------- Será de mencionar que os valores previstos no Capítulo XVIII (Abastecimento

público de água) a aplicar em 2017, serão os que resultam da aplicação do contrato de





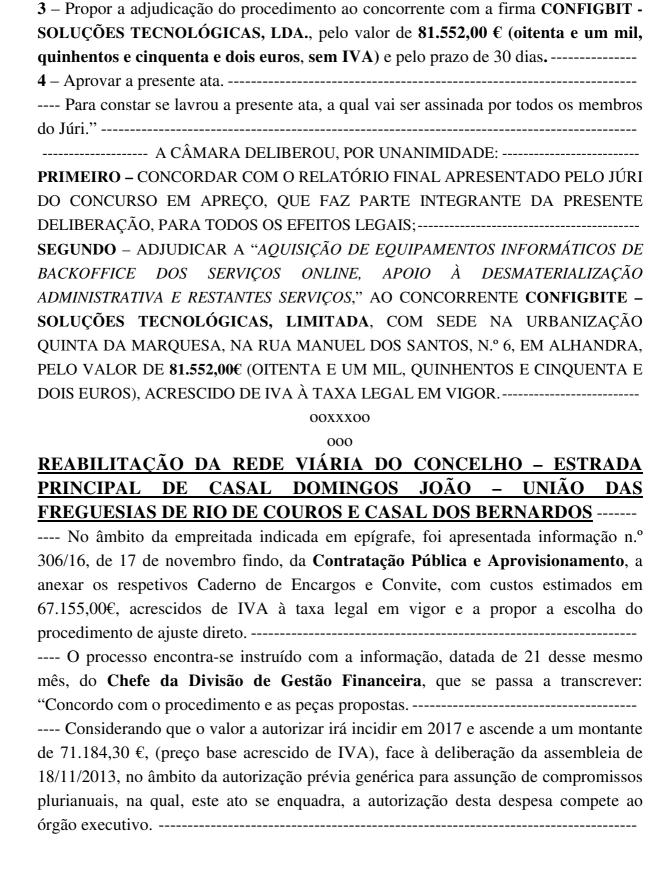
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS DE BACKOFFICE DOS SERVIÇOS ONLINE, APOIO À DESMATERIALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RESTANTES SERVIÇOS ------

---- Depois de realizado o relatório preliminar, nos termos e para os efeitos do artigo 122.º do CCP, foi o mesmo enviado a todos os concorrentes, através da plataforma

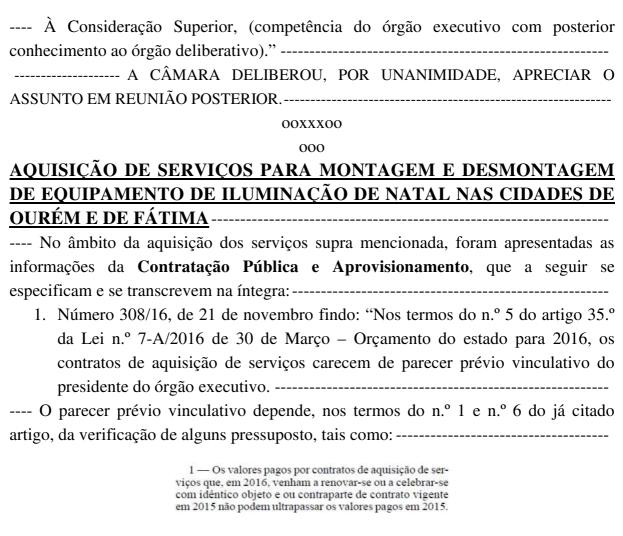


electrónica Gatewit, no dia 17 de Outubro do corrente ano, nos termos e para os efeitos do artigo 123.º do CCP.---------- A 24 de Outubro deste ano (dentro do período de audiência prévia), apresentaram pronuncia as empresas: TCSI – Digibéria Tecnologias de Informação, S.A. e Meo – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..--------- Da análise das reclamações apresentadas, foi efetuado um 2º. relatório, que culminou na reordenação das propostas. --------- O 2º. Relatório preliminar, foi enviado a todos os concorrentes no dia 07 de Novembro de 2016.--------- Neste dia (15/11/2016) o júri constatou que não foram apresentadas quaisquer observações efectuadas ao abrigo do exercício de audiência prévia, pelo que se mantém o conteúdo do 2º. relatório preliminar. --------- O júri ainda delibera: ------1 - Propor a exclusão, nos termos da alínea l) do nº. 2 do artigo 146º conjugado com o artigo 62°, ambos do CCP; do artigo 54° da Lei nº. 96/2015 de 17 de Agosto; e considerando que os documentos da proposta não foram apresentados com a assinatura eletrónica qualificada, dos seguintes concorrentes: ------- EDNI - EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, LDA.; ------ RIS 2048 - SISTEMAS INFORMÁTICOS E COMUNICAÇÕES, LDA.;------ TRIGÉNIUS - SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A.; ------ BASEDOIS - INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LIMITADA; -------DECITREL INOVAÇÃO - TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO, S.A.. -----2 – Propor nos termos da parte final do n.º 1, do artigo 122.º do CCP, a seguinte 

ORDEM DE SUBMISSÃO:	DESIGNAÇÃO DA EMPRESA:	VALOR DA PROPOSTA (€)	PRAZO (DIAS)	
1°	CONFIGBIT - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, LDA.	81.552,00	30	
2°	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA S.A. 88.225,60		30	
3°	EXITUS, SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, LDA.	92.834,00	30	
4°	TCSI - DIGIBÉRIA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	98.759,24	30	
5°	MAXIGLOBAL - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A	98.987,20	30	
6°	ITEN SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	100.138,36	30	
7°	ATM-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS, S.A.		28	







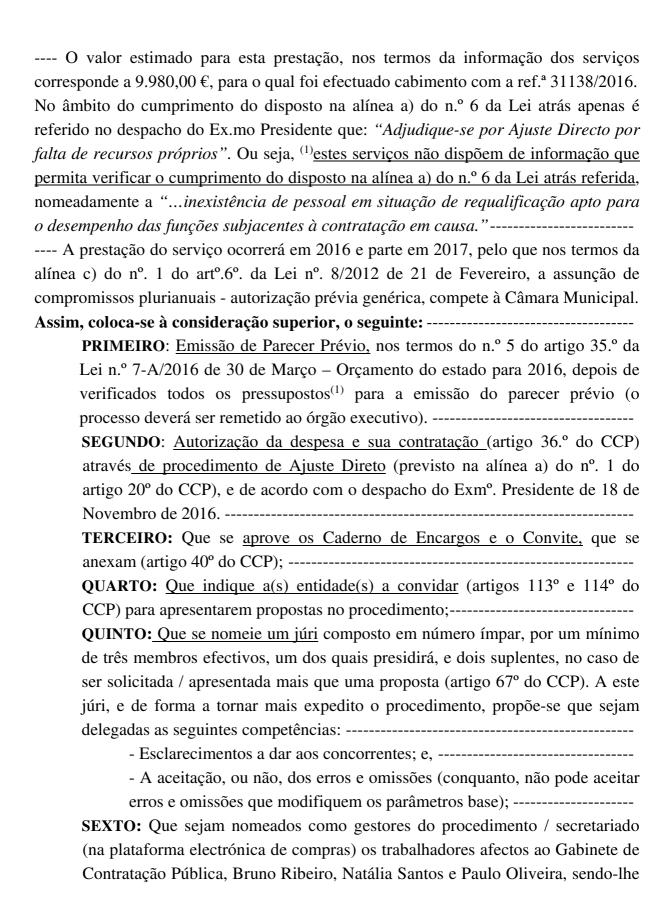
6 — O parecer previsto no número anterior depende da:

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas;

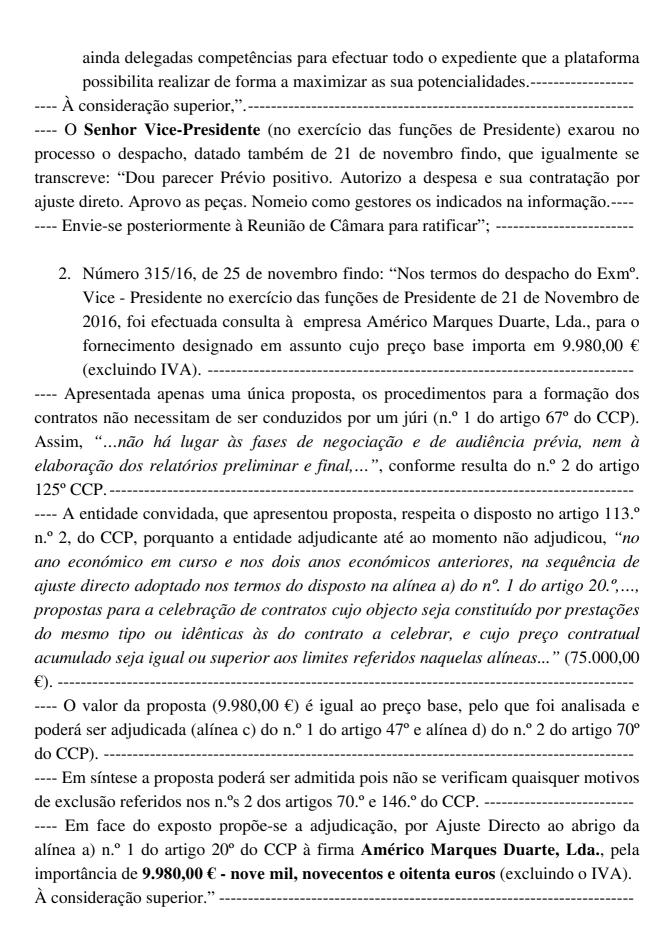
 b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;

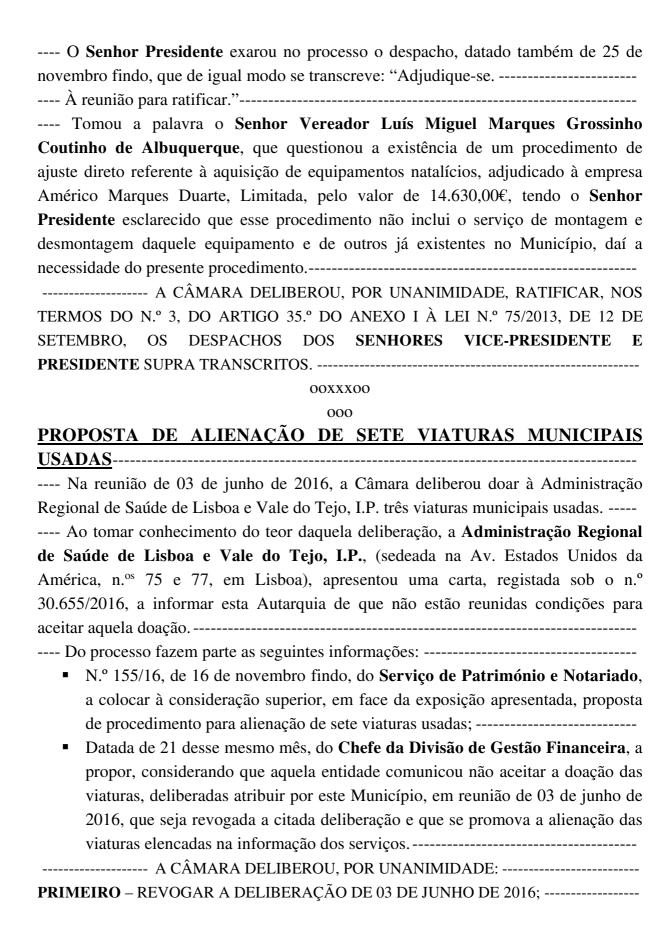
c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1.













SEGUNDO – PROCEDER A HASTA PÚBLICA PARA VENDA DAS SETE VIATURAS USADAS, FIXANDO-SE O PREÇO BASE DE ACORDO COM A SEGUINTE TABELA, A APRESENTAR EM CARTA FECHADA, ATÉ ÀS 17 HORAS DO DIA 27 DE JANEIRO

DE 20	)17:							
Lote	Matricula	Marca	Modelo	Cilindrada	Ano	Combustível	Klms	Base de Licitação
1	18-96-FS	Volkswagem	Golf 3	1896 cm3	1995	Gasóleo	186.646	800,00€
2	36-66-HA	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1996	Gasóleo	435.531	500,00€
3	36 69 ЦЛ	Onal	Corco P	1468 cm3	1006	Gasálao	431160	500 00£

L	3	36-68-HA	Opel	Corsa – B	1468 cm3	1996	Gasóleo	431160	500,00€
	4	31-37-IH	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1997	Gasóleo	189.240	800,00€
Ī	5	91-23-IJ	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1997	Gasóleo	379.145	800,00€
	6	65-43-IT	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1997	Gasóleo	275.721	800,00€
	7	93-69-MO	Opel	Corsa – B	1488 cm3	1999	Gasóleo	216.511	800,00€

------ A ABERTURA DAS PROPOSTAS SERÁ EFETUADA NO DIA **03 DE FEVEREIRO DE 2017**, ÀS 15 HORAS E 30 MINUTOS, NO SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DESTE MUNICÍPIO. ------

ooxxxoo

000

# PEDIDO DE ARRANJO DE BERMA E VALETA – RUA DE OURÉM – RAMALHEIRA, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS ------

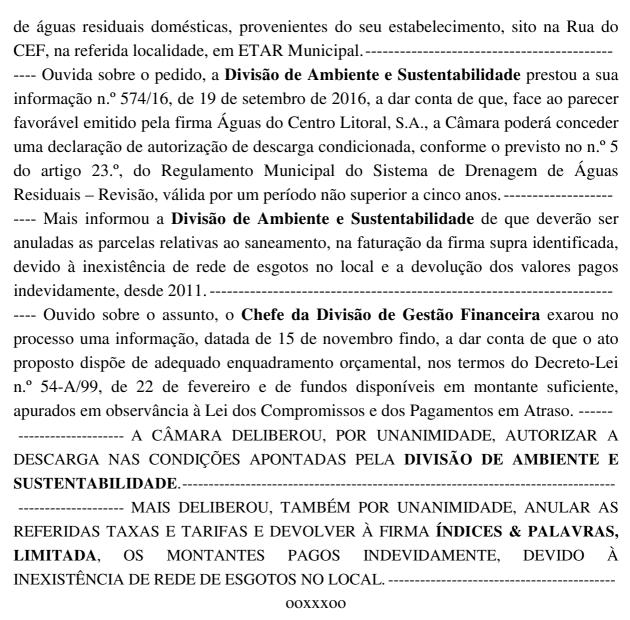
ooxxxoo

000

# PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR-----

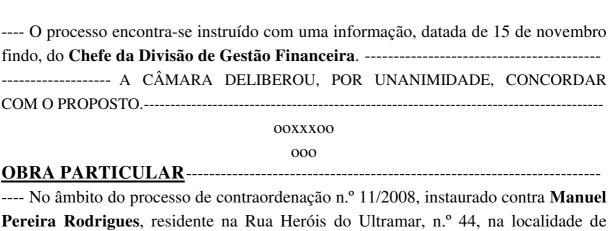
---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 6965/2016, da firma **Índices & Palavras, Limitada**, com sede na Avenida Beato Nuno, n.º 268, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar autorização para proceder à descarga





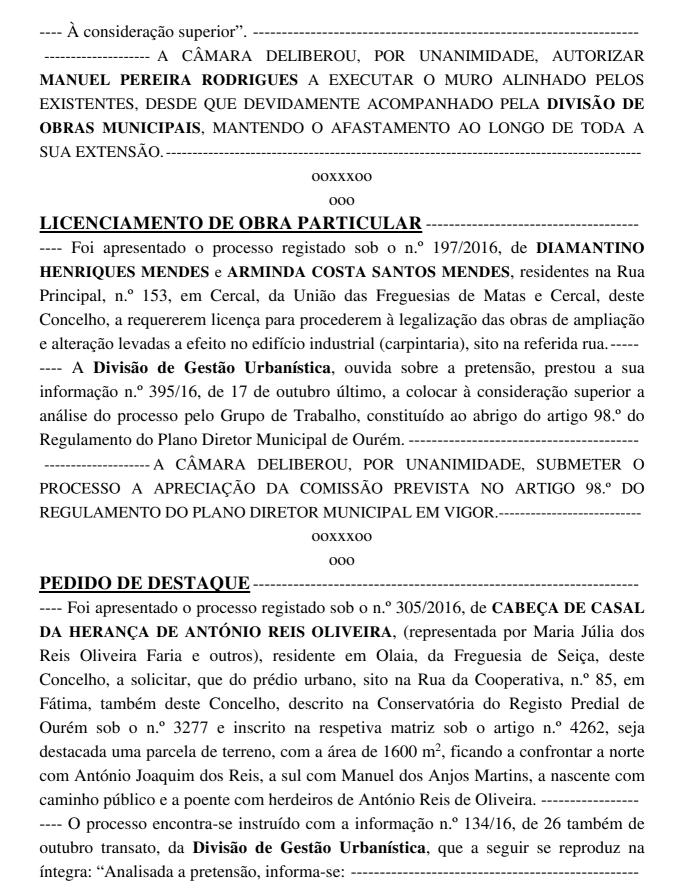
# TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --





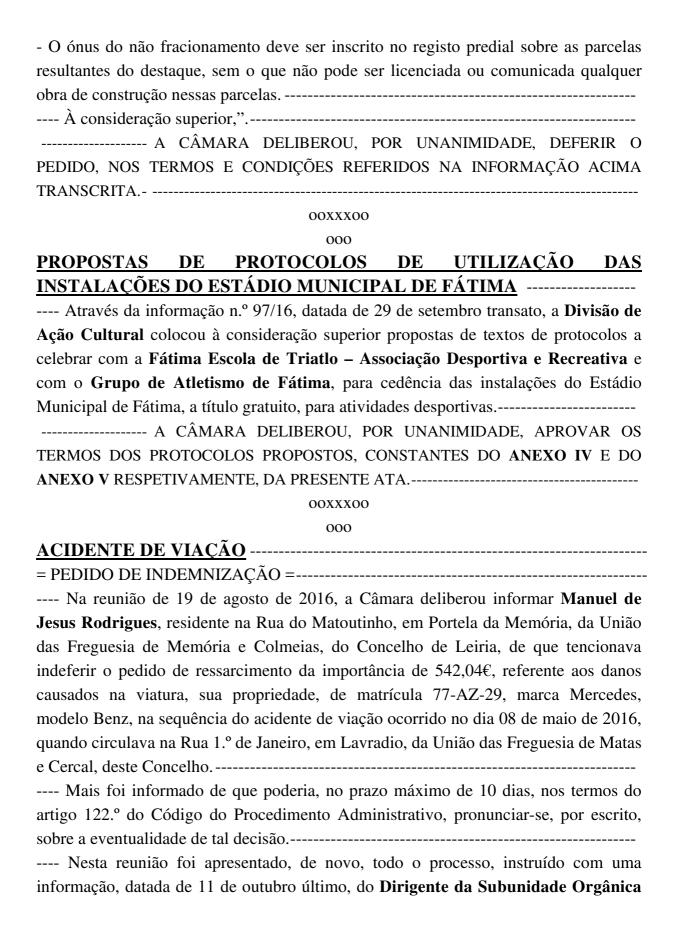
Pereira Rodrigues, residente na Rua Heróis do Ultramar, n.º 44, na localidade de Vale Sobreiro, da Freguesia de Caranguejeira, do Concelho de Leiria, referente à reconstrução de um telheiro, com cerca de 35 m<sup>2</sup>, que levou a efeito na Travessa do Barreiro, em Cubal, da então Freguesia de Matas, deste Concelho, sem possuir licença para o efeito e no seguimento da exposição registada sob o n.º 2837/2010, do transgressor acima identificado, a dar conta de que cedeu uma parcela de terreno para o alargamento da Rua do Cubal, naquela freguesia, tendo como contrapartida a construção de um muro de vedação e suporte de terras e a reconstrução do referido telheiro, na reunião de 06 de abril de 2010, a Câmara deliberou concordar com a informação então prestada pela Senhora Vereadora Lucília Vieira, que referia ter havido compromisso verbal com o executivo anterior, nas contrapartidas do município pela cedência de vários metros de terreno para alargamento daquela via e de que entendia que, sendo obras de pequeno vulto, deveriam os serviços municipais elaborarem internamente os projetos, que seriam remetidos a reunião de câmara, para isenção de taxas de licenciamento, ficando as obras legalizadas. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com as informações que se passam a especificar: -----

- ---- À c.s.";-----
  - Datada de 21 daquele mesmo mês, da Senhora Vereadora Lucília Vieira, que de igual modo se transcreve: "Trata-se de uma situação acordada com o executivo aquando do alargamento da estrada em 2009, a distância acordada é de 5m ao eixo da via, pelo que o processo deverá ser remetido a reunião de câmara.------

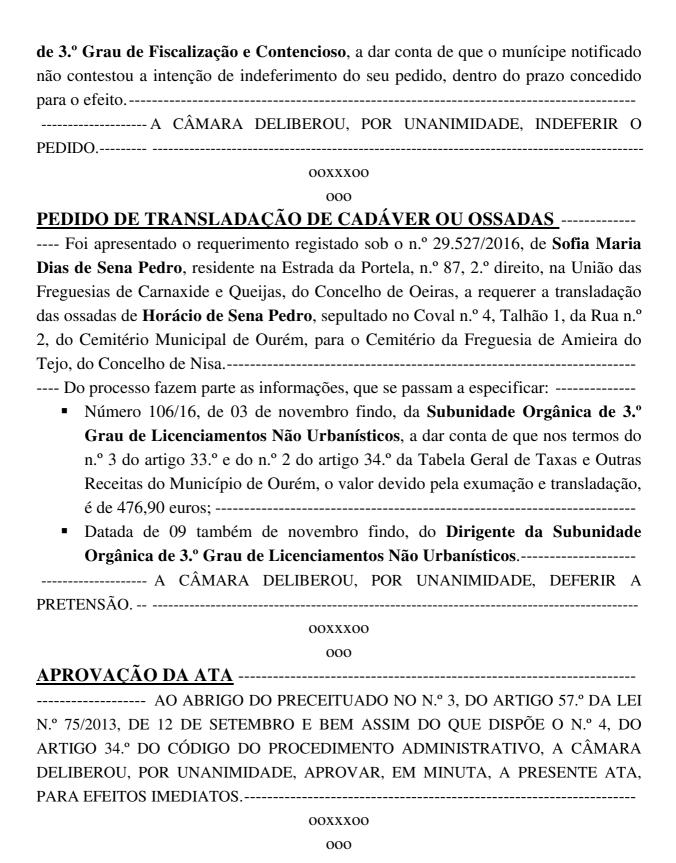




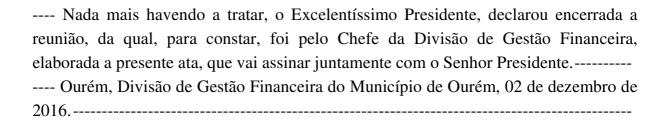
1.	Da Pretensão:
1.1	O pedido é relativo a um destaque, dentro do perímetro urbano, do qual resultam
	duas parcelas: parcela a destacar: 1599,96m2 e parcela sobrante: 1218,76m²
2.	Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE):
2.1	De acordo com o n. º 4 do artigo 6.º do RJUE, " os atos que tenham por efeito o
	destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em
	perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas
	resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos."
2.2	No caso em apreço a operação de Destaque enquadra-se no nº 4 do artigo 6º do
	RJUE, dado que as duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com
	arruamento público, designadamente Rua da Cooperativa e Rua das Carvalheiras.
3.	Do Regulamento do Plano de Urbanização de Fátima (RPUF):
3.1	De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada pelo
	Gabinete SIG, a parcela localiza-se, nos termos do RPUF, na Unidade: 4 - Fátima,
	Subunidade: 4.1 – Fátima
3.2	Nos termos da informação prestada pelo gabinete SIG, a parcela encontra-se
	condicionada por via coletora distribuidora existente, rede de abastecimento de
	água; via local e CM 1055 (Cart. 10k), rede de saneamento (projeto). As
	condicionantes da parcela, referidas nos termos da informação prestada pelo
	gabinete SIG, não prejudicam a operação de destaque em apreço (fl. 26)
3.3	Na parcela sobrante está licenciada uma moradia com alvará de licença n.º
	1161/1994, alvará de obras de alteração n.º 1232/1995 e alvará de utilização n.º
	148/1996
4.	Outros:
4.1	No requerimento e na peça desenhada 03 Planta de Implantação (fl. 22) é
	identicado que a parcela confronta a poente com caminho público (Rua dos
	Chões). Contudo, conforme informação disponível no websig a parcela a destacar
	confronta com caminho público, designadamente, Rua das Carvalheiras
<b>5.</b>	Conclusão:
	Face ao exposto, atendendo ao ponto 2.2, não se vê inconveniente no pedido de
	taque, condicionado ao disposto no n.º 6 e 7 do artigo 6.º do RJUE,
	ignadamente:
	a área correspondente ao prédio originário, não é permitido efetuar novo destaque,
por	um prazo de dez anos contados da data do destaque anterior











O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA.



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 02/12/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

## 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

## 1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
  - 1. Carta registada sob o n.º 31.346/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Faustino Henriques António;
  - 2. Carta registada sob o n.º 31.497/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de David Rodrigues Ferreira;
- = Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais 2016 Informação n.º 139/16, datada de 29 de setembro de 2016, do Serviço Municipal de Proteção Civil.

# 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

# 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 30.076/2016, de Maria de Fátima Dias Gonçalves, sobre prédio sito em Estreito Freguesia de Urqueira;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 29.727/2016, de Maria Lucena Ferreira Gama, Solicitadora, sobre prédio sito em Carvoeira Freguesia de Caxarias.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Atualização ordinária anual da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – 2017 – Informação n.º 112/16, de 28 de novembro, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

# 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Aquisição de equipamentos informáticos de backoffice dos serviços online, apoio à desmaterialização administrativa e restantes serviços Relatório final, datado de 15 de novembro de 2016;
- = Reabilitação da rede viária do Concelho Estrada Principal de Casal Domingos João União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos Informação n.º 306/16, de 17 de novembro, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);



- = Aquisição de serviços para montagem e desmontagem de equipamento de iluminação de Natal nas cidades de Fátima e de Ourém:
  - 1. Informação n.º 308/16, de 21 de novembro, da CPA;
  - 2. Informação n.º 315/16, de 25 de novembro, da CPA.

#### 3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Proposta de alienação de sete viaturas municipais usadas – Informação n.º 155/16, de 16 de novembro, do Serviço de Património e Notariado.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Pedido de arranjo de berma e valeta – Rua de Ourém – Ramalheira – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Requerimento registado sob o n.º 27.129/2016, de Maria Francisca Rodrigues Ferraz.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 6965/2016, da firma Índices & Palavras, Limitada;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Informação n.º 600/16, de 27 de setembro de 2016, da Divisão e Ambiente e Sustentabilidade.

## 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Obra particular Processo n.º 1234/2008, de Manuel Rodrigues Pereira;
- = Licenciamento de obra particular Processo registado sob o n.º 197/2016, de Diamantino Henriques Mendes e Arminda Costa Santos Mendes, instruído com a informação n.º 395/16, de 17 de outubro de 2016, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 305/2016, de "Cabeça de Casal da Herança de António Reis Oliveira", instruído com a informação n.º 134/16, de 26 de outubro de 2016, da DGU.

# 7. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Propostas de protocolos de utilização das instalações do Estádio Municipal de Fátima – Informação n.º 97/16, de 29 de setembro de 2016, da Divisão de Ação Cultural.

# 8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação – Pedido de indemnização – Processo registado sob o n.º 14.079/2016, de Manuel de Jesus Rodrigues, sobre acidente ocorrido na Rua 1.º de Janeiro, em Lavradio – União das Freguesias de Matas e Cercal, no dia 08/05/2016.

# 9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Pedido de transladação de cadáver ou ossadas - Requerimento registado sob o n.º 29.527/2016, de Sofia Maria Dias de Sena Pedro.



## O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



# **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 18-11-2016 a 30-11-2016

Processo nº		Local
12/2016	Ana Rita Oliveira Vieira	Rua da Cabaça – Fátima
41/2016	Anabela Gomes Jacinto	Rua Principal – Zambujal – Freguesia de Atouguia
91/2016	Eduardo César Antunes Rosa	Rua dos Talhinhos – Lavradio – União das Freguesias de Matas e Cercal
139/2013	Fábrica da Igreja Paroquial de N. S. da Piedade	Rua do Casal – Pinheiro – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
4/2016	Filipe José Pereira	Rua dos Covões – Cumieira – Freguesia de Espite
156/2016	Hélio Dinis Oliveira Marques	Rua dos Engenhos – Casal do Ribeiro – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
264/2016	Jacinta Ribeiro Henriques Baptista	Estrada de Santarém – Santarém dos Tojos – União das Freguesias de Gondemaria e Olival
237/2016	Joana Sofia Reis Pereira	Rua da Lagoa – Bairro – Freguesia de N. S. das Misericórdias
228/2013	Joaquim & Carlos – Carpintaria e Móveis, Lda	Soutaria – União das Freguesias de Gondemaria e Olival
1375/2011	José Maria de Sousa Lopes	Rua da Corredoura, Lote 2 – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
775/2018	Maria Lucena Ferreira Gama	Rua Principal, nº 11-B - Cavadinha - Freguesia de Urqueira
275/2016	Tânia Patrícia Gaspar Rodrigues	Rua Pedro Pais de Faria Coupers – Caneiro – Freguesia de N. S. das Misericórdias

Ourém, 02 de dezembro de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



# DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 18/11/2016 a 30/11/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento		
29716	José Alberto Duarte Laranjeiro	Certidão de ciclomotor		
30731	Condomínio do Prédio sito na Rua Santa Iria, n.º 3-Bloco C - Fátima	Inspeção de elevador		
30741	Condomínio do Prédio sito na Rua da Casa da Criança, n.º 1 em Ourém	Inspeção de elevador		
30700	Vitória do Sobral Artigos Religiosos, S.A	Inspeção de elevador		
30721	Condomínio Edifício Av. Beato Nuno, n.º 126 em Fátima	Inspeção de elevador		
30712	Condomínio do Prédio sito na Travessa do Ribeirinho, n.º 9 em Ourém	Inspeção de elevador		
30705	Condomínio do Edifício Sol Nascente	Inspeção de elevador		
30685	Condomínio Urbanização do Ribeirinho, n.º 11 em Ourém	Inspeção de elevador		
30686	Condomínio Quinta da Sapateira, n.º 18 em Ourém	Inspeção de elevador		
30684	Condomínio do prédio da Av. Bombeiros Voluntários, n.º 65 em Ourém	Inspeção de elevador		
30901	Armando José Neves Mendes	Inspeção de elevador		
31922	Parque Escolar	Inspeção de elevador		
31745	Casa Diocesana do Clero Leiria - Fátima	Inspeção de elevador		
31794	Cond. Prédio, 258 Av. Beato Nuno - Fátima	Inspeção de elevador		
32005	Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	Inspeção de elevador		
31793	Segmentoponto4-Gab.Arq.°, Lda	Licença de ruído		
30374	Sicocelular-Unipessoal, Lda.	Publicidade		
31545	Resulta – Publicidade, Unipessoal, Lda.	Publicidade		
28753	Comumspace, Lda.	Publicidade		
27184	Resulta-Publicidade Unipessoal, Lda.	Publicidade		
30616	Jardim Infantil de Ourém	Uso de vias públicas		



30385	Penela Events Race Club	Uso de vias públicas
31820	Bonita e Radical-Unipessoal, Lda.	Vendedor de mercado

Ourém, 02 dezembro de 2016

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



# PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DESPORTIVA ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O FÁTIMA ESCOLA DE TRIATLO- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA

#### **PREÂMBULO**

Em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 58, de 24 de março de 2010, é competência do Município de Ourém apoiar atividades de natureza desportiva de interesse para o Município.

Identificando na prática desportiva benefícios físicos, psíquicos e sociais para os cidadãos, o Município procura fomentar o desporto e reconhece o papel fundamental das coletividades na oferta desportiva concelhia, inserido neste contexto, o Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa que dinamiza várias modalidades desportivas, entre as quais o Triatlo e Duatlo de rendimento e recreação.

Sendo função da Câmara Municipal de Ourém definir uma política para a ocupação dos espaços, a mesma deliberou a celebrar com o Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa um protocolo de cooperação desportiva na cedência de instalações do Estádio Municipal de Fátima, de forma a garantir estruturas de apoio adequadas para a prática desportiva. Na planificação e gestão da instalação desportiva, procurar-se-á servir todos os interessados, no sentido de se rentabilizar a sua utilização, no âmbito das dimensões do desporto/competição, do desporto/espetáculo e do desporto/lazer ou outras actividades, de interesse para o concelho de Ourém.

Pelo exposto, e de acordo com o regulamento geral das instalações desportivas e especificamente do Estádio Municipal de Fátima e de acordo com os termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei 75/2013, 12 de Setembro, pretende o Município promover a sustentabilidade e rentabilização do Estádio Municipal de Fátima.

É celebrado o presente protocolo entre as seguintes entidades:

**O Município de Ourém**, pessoa coletiva de direito público número 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do Concelho de Ourém, representado



neste ato pelo seu Presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, adiante designado por primeiro outorgante,

**Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa**, pessoa coletiva n.º 510 855 0589, Rua Poço da Valada, n.º 345, 2495-658 Fátima, da freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, representado neste ato pelo presidente da Direção, Ricardo Miguel Marto da Silva, adiante designado por segundo outorgante.

O presente protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA I**

#### Condições gerais

O Município de Ourém, proprietário do Estádio Municipal de Fátima, cede as respectivas instalações desta infra-estrutura desportiva, ao Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa, nos termos e nas condições definidas no presente protocolo, sendo no entanto contabilizadas as horas de utilização para constar nos documentos de Apoio Anual ao Associativismo, entregues pela Câmara Municipal de Ourém;

Carece de autorização prévia do Município de Ourém ou entidade gestora toda a utilização do Estádio Municipal de Fátima fora do âmbito do presente protocolo, sempre que esteja em causa a utilização das instalações que não sejam contempladas em utilização regular.

Sempre que o Município necessite de utilizar o Estádio Municipal para a organização de qualquer evento, deverá comunicar ao Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa, com a antecedência mínima, de 15 dias úteis .

#### **CLÁUSULA II**

#### Objeto

O presente protocolo, visa a utilização do estádio municipal de Fátima, no sentido de garantir a possibilidade de desenvolvimento desportivo do concelho de Ourém, designadamente os atletas inscritos no Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa, na modalidade de Triatlo/Duatlo, garantindo a melhoria da qualidade de vida, proporcionada pela prática desportiva e também a representatividade do concelho em provas oficiais.



#### **CLÁUSULA III**

#### **Direitos segundo outorgante**

O segundo outorgante tem o direito de ocupar, a título gratuito, as seguintes áreas, de acordo com o calendário de treinos/provas:

<u>Sala Sede</u> - utilizar uma sala no piso 1 – zona sul - para sede da associação.

<u>Vestiários dos atletas e balneários - Zona Sul - Piso 0</u> - A entrada nos vestiários deverá realizar-se 15 minutos antes da aula/treino e a saída até 20 minutos após término de aula;

<u>Pista de Atletismo</u> - Utilizar a pista e do Estádio Municipal de Fátima, de acordo com o regulamento de utilização do Estádio Municipal e em estreita coordenação e colaboração com as restantes associações utilizadoras do espaço.

Nos corredores da pista de atletismo deve ser utilizado calçado adequado à prática desportiva;

<u>Outras instalações</u>: Utilizar outras instalações, sempre que solicitadas ao Município de Ourém, para treinos/provas em que o segundo outorgante seja interveniente ou organizador;

#### **CLÁUSULA IV**

#### Deveres do primeiro outorgante

- Assegurar a limpeza e manutenção de todos os espaços referidos na cláusula III na alínea 1., assim como todos os espaços inerentes a realização de espectáculos desportivos, bancadas e casas de banho públicas;
- 2. Suportar as despesas inerentes ao funcionamento das instalações do objeto de cedência, particularmente as decorrentes de consumo de energia, água e gás para a realização de treinos ou provas em que o segundo outorgante seja interveniente ou organizador

#### **CLÁUSULA V**

#### Deveres do segundo outorgante

- Respeitar as normas estabelecidas no documento "Normas Específicas de Utilização do Estádio Municipal de Fátima";
- Cumprir e fazer cumprir, toda a legislação existente, destinada a regular a prática da actividade física, nos recintos desportivos;
- 3. Enviar à Câmara Municipal o calendário de provas e treinos relativo a cada época desportiva, assim como todas e quaisquer alterações ao referido calendário;



- 4. Avisar o primeiro outorgante, sempre que se verifiquem situações que possam pôr em perigo a conservação e manutenção normal do Estádio municipal de Fátima ou do material existente na instalação.
- 5. Manter o material em boas condições para a prática desportiva, zelando pela sua conservação;
- 6. É da responsabilidade do segundo outorgante a vigilância, conservação, manutenção e eventual reparação dos equipamentos desportivos, utilizados por este, de modo a cumprir as regras de segurança para a prática desportiva;
- 7. Assegurar todos os termos do presente protocolo, até ao final do período de vigência do mesmo, e assegurar condições de plena utilização para a população em geral e para outros clubes que o solicitem, sem prejuízo do direito de preferência para os seus associados

#### **CLÁUSULA VI**

#### Período de vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos protocolares, o prazo de vigência do presente protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, quando aceite pelo primeiro outorgante.

#### **CLÁUSULA VII**

#### Revisão do protocolo

Qualquer alteração ou adaptação, pelo Fátima Escola de Triatlo, dos termos do protocolo, carece de prévio acordo escrito do primeiro outorgante.

#### **CLÁUSULA VIII**

#### Resolução do protocolo

O presente protocolo pode ser objecto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo primeiro outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



,				
	N	_	റ	
v	IVI	·	v	•

O presente protocolo contém quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades subscritoras, à excepção da última, que contém as suas assinaturas; É feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades.

Pelo Primeiro Outorgante,
O Presidente da Câmara Municipal de Ourém

Pelo Segundo Outorgante,
O Presidente da Fátima Escola de Triatlo - Associação Desportiva e Recreativa



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DESPORTIVA ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O GRUPO DE ATLETISMO DE FÀTIMA

#### **PREÂMBULO**

Em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 58, de 24 de março de 2010, é competência do Município de Ourém apoiar atividades de natureza desportiva de interesse para o Município.

Identificando na prática desportiva benefícios físicos, psíquicos e sociais para os cidadãos, o Município procura fomentar o desporto e reconhece o papel fundamental das coletividades na oferta desportiva concelhia, inserido neste contexto, o Grupo de Atletismo de Fátima que dinamiza várias modalidades desportivas, entre as quais o atletismo de rendimento e recreação.

Sendo função da Câmara Municipal de Ourém definir uma política para a ocupação dos espaços, a mesma deliberou a celebrar com o Grupo de Atletismo de Fátima um protocolo de cooperação desportiva na cedência de instalações do Estádio Municipal de Fátima, de forma a garantir estruturas de apoio adequadas para a prática desportiva. Na planificação e gestão da instalação desportiva, procurar-se-á servir todos os interessados, no sentido de se rentabilizar a sua utilização, no âmbito das dimensões do desporto/competição, do desporto/espetáculo e do desporto/lazer ou outras actividades, de interesse para o concelho de Ourém.

Pelo exposto, e de acordo com o regulamento geral das instalações desportivas e especificamente do Estádio Municipal de Fátima e de acordo com os termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei 75/2013, 12 de Setembro, pretende o Município promover a sustentabilidade e rentabilização do Estádio Municipal de Fátima.

É celebrado o presente protocolo entre as seguintes entidades:

**O Município de Ourém**, pessoa coletiva de direito público número 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do Concelho de Ourém, representado



neste ato pelo seu Presidente, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, adiante designado por Primeiro Outorgante,

**Grupo de Atletismo de Fátima**, pessoa coletiva n.º 501 861 831, com sede no Estádio Municipal de Fátima, 2495 - 453 Fátima, da freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, representado neste ato pelo presidente da Direção, Joel Rodrigues dos Reis, adiante designado por Segundo Outorgante.

O presente protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA I**

#### Condições gerais

O Município de Ourém, proprietário do Estádio Municipal de Fátima, cede as respectivas instalações desta infra-estrutura desportiva, ao Grupo de Atletismo de Fátima, nos termos e nas condições definidas no presente protocolo.

Carece de autorização prévia do Município de Ourém ou entidade gestora toda a utilização do Estádio Municipal de Fátima, fora do âmbito do presente protocolo, sempre que esteja em causa a utilização das instalações, que não sejam contempladas em utilização regular.

Sempre que o Município necessite de utilizar o Estádio Municipal de Fátima para a organização de qualquer evento, deverá comunicar ao Grupo de Atletismo de Fátima com a antecedência mínima de 15 dias úteis.

#### **CLÁUSULA II**

#### Objeto

O presente protocolo, visa a utilização do estádio municipal de Fátima, no sentido de garantir a possibilidade de desenvolvimento desportivo do concelho de Ourém, designadamente os atletas inscritos no Grupo de Atletismo de Fátima, adiante designado por GAF, na modalidade de Atletismo, garantindo, ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida proporcionada pela prática desportiva e também a representatividade do concelho em provas oficiais.

#### **CLÁUSULA III**

**Direitos segundo outorgante** 



O direito de utilização previsto na cláusula segunda abrange, designadamente:

1. Ocupar, a título gratuito, as seguintes áreas, de acordo com o calendário de treinos/provas:

<u>Salas Sede</u> - utilizar uma sala no piso 1 – zona sul - para sede da associação.

<u>Vestiários dos atletas e balneários</u> - **Zona Sul** - **Piso 0** - A entrada nos vestiários deverá realizar-se 15 minutos antes da aula/treino e a saída até 20 minutos após término de aula;

<u>Pista de Atletismo</u> - Utilizar a pista e do Estádio Municipal de Fátima, de acordo com o regulamento de utilização do Estádio Municipal e em estreita coordenação e colaboração com as restantes associações utilizadoras do espaço.

As pistas de atletismo estão afetas à realização de competições e treinos das várias disciplinas de atletismo, tais como corridas saltos e lançamentos.

Nos corredores da pista de atletismo deve ser utilizado calçado adequado à prática desportiva; Nos horários em que a pista se encontra requisitada pelo Grupo de Atletismo de Fátima, a cedência da mesma, fica sujeita a acordo prévio, estabelecido com o Grupo de Atletismo de Fátima.

<u>Ginásio da Pista/Zona Sul</u> - Os atletas menores do Grupo de Atletismo de Fátima, menores de idade em actividade no ginásio deverão estar sempre acompanhados pelo respectivo professor/treinador; Só é permitido a permanência no ginásio de atletas do GAF de acordo com os horários definidos para o clube.

<u>Arrecadação de Material de atletismo/ Zona Sul</u> - Só tem acesso às arrecadações dos materiais e equipamentos os funcionários afectos ao estádio municipal, assim como os responsáveis e treinadores do GAF;

**Zona de relvado:** Utilizar o relvado para competições, em que o clube seja interveniente ou organizador;

**Zona de Canteiros**: Utilizar os canteiros para treinos/provas em que o clube seja interveniente ou organizador;

<u>Outras instalações:</u> Utilizar outras instalações sempre que solicitadas ao Município de Ourém para treinos/provas em que o clube seja interveniente ou organizador;

 Explorar comercialmente o espaço de bar, em eventos organizados pelo GAF e em colaboração com as restantes associações, exploradoras do espaço, com excepção daqueles, que nos termos deste protocolo, ficam reservados ao Município;



#### **CLÁUSULA IV**

#### Deveres do primeiros outorgante

- Assegurar a limpeza e manutenção de todos os espaços referidos na cláusula III na alínea 1., assim como todos os espaços inerentes a realização de espectáculos desportivos, bancadas e casas de banho públicas;
- 2. Suportar as despesas inerentes ao funcionamento das instalações do objeto de cedência, particularmente as decorrentes de consumo de energia, água e gás para a realização de treinos ou provas em que o segundo outorgante seja interveniente ou organizador

#### **CLÁUSULA V**

#### **Deveres do segundo outorgante**

- Respeitar as normas estabelecidas no documento "Normas Específicas de Utilização do Estádio Municipal de Fátima";
- 2. Cumprir e fazer cumprir, toda a legislação existente, destinada a regular a prática da actividade física, nos recintos desportivos;
- 3. Enviar à Câmara Municipal o calendário de provas e treinos relativo a cada época desportiva, assim como todas e quaisquer alterações ao referido calendário;
- 4. Avisar o primeiro outorgante, sempre que se verifiquem situações que possam pôr em perigo a conservação e manutenção normal do Estádio municipal de Fátima ou do material existente na instalação.
- 5. Manter o material em boas condições para a prática desportiva, zelando pela sua conservação;
- 6. É da responsabilidade do Segundo Outorgante a vigilância, conservação, manutenção e eventual reparação dos equipamentos desportivos de modo a cumprir as regras de segurança para a prática desportiva e para o público em geral, definido nas leis aplicáveis.
- 7. Assegurar todos os termos do presente protocolo, até ao final do período de vigência do mesmo, e assegurar condições de plena utilização para a população em geral e para outros clubes que o solicitem, sem prejuízo do direito de preferência para os seus associados



#### **CLÁUSULA VI**

#### Período de vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos protocolares, o prazo de vigência do presente protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, quando aceite pelo primeiro outorgante.

#### **CLÁUSULA VII**

#### Revisão do protocolo

Qualquer alteração ou adaptação, pelo GAF, dos termos do protocolo, carece de prévio acordo escrito do primeiro outorgante.

#### **CLÁUSULA VIII**

#### Resolução do protocolo

O presente protocolo pode ser objecto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo primeiro outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### **ÚNICO:**

O presente protocolo contém cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades subscritoras, à excepção da última, que contém as suas assinaturas;

É feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades.

Pelo Primeiro Outorgante,
O Presidente da Câmara Municipal de Ourém

Pelo Segundo Outorgante,
O Presidente do Grupo de Atletismo de Fátima